

AULÃO INAUGURAL DA LIGA ACADÊMICA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E POLÍTICA: PENSAR A CONSTITUIÇÃO HOJE - ENTRE A NORMA, A DEMOCRACIA E OS DESAFIOS DO PRESENTE

¹Adrielly Daiane Oliveira Nascimento, ²Luna Jordane Magalhães Santana, ³Juliana Máximo Teixeira e ⁴Francisco Lucas Monte Celestino

¹Discente do Curso de Direito - UVA, Sobral-CE, adriellydaiane16@gmail.com, ² Discente do Curso de Direito - UVA, Sobral-CE, ³Discente do Curso de Direito - UVA, Sobral-CE, ⁴Orientador/Docente do Curso de Direito – UNINASSAU, Sobral-CE.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei máxima do país e é considerada uma Constituição Cidadã pelo seu caráter garantista, conferindo direitos fundamentais aos cidadãos e apresentando cláusulas imprescindíveis à manutenção e ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Apesar das previsões e garantias que a Carta Magna traz, muitas pessoas desconhecem ou não têm dimensão da plena aplicação dos seus dispositivos, o que torna essencial a discussão em torno da Constituição dentro e fora da comunidade acadêmica. Este relato descreve a experiência durante o aulão inaugural que apresentou a Liga Acadêmica de Direito Constitucional da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), realizado em 06 de junho de 2025, intitulado “Pensar a Constituição hoje: entre a norma, a democracia e os desafios do presente”. O evento teve 125 inscrições e contou com a participação dos professores Thais Dias e Décio Pimentel, que conduziram as discussões, proporcionando análise crítica sobre a efetividade da Constituição de 1988 e seus reflexos na sociedade contemporânea. O encontro iniciou-se com reflexões sobre a Constituição como norma suprema e os limites de sua aplicação diante da realidade social e política do Brasil. Foram discutidos os desafios impostos pela atualidade democrática, como a instabilidade institucional, a desigualdade social e as novas demandas trazidas pelo avanço tecnológico e pelo contexto globalizado. Destacou-se a importância de uma leitura constitucional que considere simultaneamente sua força normativa e o contexto histórico em que atua. Entre os temas, enfatizou-se o debate sobre o uso de símbolos religiosos em órgãos de Justiça, analisado à luz do princípio da laicidade estatal. A presença de tais símbolos pode comprometer a neutralidade das instituições públicas, tensionando a relação entre liberdade religiosa e imparcialidade do Estado. A discussão evidenciou a complexidade de garantir o respeito à diversidade cultural e religiosa sem ferir os princípios constitucionais da igualdade e da democracia. Outro ponto central foi a compreensão da Constituição não apenas como texto normativo, mas como instrumento político, social e cultural, que depende da participação cidadã e da atuação responsável das instituições democráticas para sua concretização. Essa perspectiva reforça que o Direito Constitucional deve ser interpretado em diálogo permanente com os desafios do presente, a fim de assegurar sua efetividade prática. Por fim, a participação no aulão revelou-se uma experiência acadêmica relevante por ampliar o olhar crítico sobre a Constituição de 1988 e seu papel no fortalecimento da democracia brasileira. O evento demonstrou que pensar a Constituição hoje implica reconhecer limites e potencialidades, defendendo-a como pilar democrático e instrumento de justiça social. Além disso, o espaço promovido pela Liga Acadêmica evidenciou a importância de iniciativas estudantis no fomento à pesquisa e ao debate, contribuindo para uma formação jurídica crítica, consciente e comprometida com valores democráticos.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Liga Acadêmica; Democracia.